

## **IAOD do Deputado Si Ka Lon em 16.10.2018**

### **Elevar a consciência de “a governação ter por base a população” dos funcionários da linha de frente**

Na minha opinião, a maioria dos funcionários trabalha activamente e tem a intenção de servir a população, mas, mesmo que seja a melhor equipa, também há alguns funcionários que adoptam uma atitude perfunctória, dão uma sensação de superioridade perante os cidadãos, têm posturas antipáticas e respondem para despachar, tudo isto fazendo com que vários cidadãos perdessem a confiança no Governo.

Segundo alguns cidadãos, quando eles precisam de ir aos serviços do Governo para obter alguns documentos de identificação, no caso de terem documentos em falta ou não conhecerem bem as tramitações, ao inquirir os funcionários da linha de frente, muitas vezes estes dão respostas frias e, se insistem em perguntar, estes funcionários perdem a paciência ou até não lhes ligam. E ainda segundo alguns cidadãos, os seus casos foram transferidos entre vários serviços e, com toda estas idas e vindas, um problema simples levou muito tempo para ser resolvido.

Estes são os hábitos de alguns funcionários da linha de frente e nunca se sentem preocupados com as necessidades urgentes dos cidadãos, mas, sim, utilizam uma postura burocrática, usando leis, procedimentos ou formalidades internas para negar ou travar os cidadãos; às vezes, dizem que é da competência de outros serviços para se esquivarem às suas responsabilidades. Na verdade, estes funcionários já se esqueceram da sua missão de servir a população.

Durante as reuniões da CCPCC e da APN deste ano, o Presidente Xi Jinping afirmou que o apoio, a concordância, a satisfação e o consenso do povo são critérios fundamentais para avaliar o bom e o mau trabalho dos funcionários públicos. De acordo com estes critérios, creio que muitos cidadãos acham que alguns funcionários públicos não são qualificados, porque muitas vezes estão preocupados com a redução do trabalho e da pressão e a exclusão de responsabilidades, em vez de envidarem os seus esforços para servir a população, resolver as preocupações da população e responsabilizar-se perante esta.

De facto, na fase da prestação dos serviços, os trabalhadores da linha da frente desempenham um papel muito maior do que os dirigentes. O grau de dedicação e de dinamismo destes trabalhadores determina directamente a eficiência e a estratégia do trabalho. Por isso, para elevar o grau de satisfação da população com o Governo, a meu ver, o Governo deve aperfeiçoar o mecanismo de gestão dos funcionários públicos, no sentido de promover a consciência dos trabalhadores da linha da frente de “ter por base a população”:

Por um lado, há que reforçar a consciência do pessoal da Função Pública no âmbito dos serviços, através de formação; aperfeiçoar o respectivo regime de avaliação e elevar o peso do grau de satisfação dos cidadãos na avaliação. Em relação aos incompetentes ou que fingem sabedoria, que andam na equipa de funcionários públicos, propõe-se como referência a experiência do País e assim criar um mecanismo de eliminação e, depois, realizar acções de formação para os primeiros eliminados da Função Pública; de seguida, se forem avaliados novamente como “incompetentes”, então há que deixar de lhes renovar o contrato, para serem demitidos.

Por outro lado, há que aperfeiçoar o mecanismo de prémio para o pessoal da Função Pública. Em relação ao pessoal que está no seu cargo com relevante desempenho, assumindo ao máximo as suas funções e responsabilidades, e servindo a população com todo o seu empenho, há então que, em tempo oportuno, atribuir-lhe um prémio; e, aquando da nomeação de chefias, há que seleccionar pessoal da linha frente que seja responsável, com coragem de assumir responsabilidades, imparcial, e com dedicação e resultados relevantes.

**IAOD dos Deputados Kou Hoi In, Chui Sai Peng José e Ip Sio Kai  
em 16.10.2018**

No mês passado, foi içado o sinal 10 durante 9 horas na passagem do tufão “Mangkhut”, sendo o período mais longo desde 1968. Com as experiências obtidas durante a passagem do “Hato” no ano passado, toda a sociedade adoptou medidas preventivas com antecedência e conseguiu reduzir ao mínimo os danos e prejuízos, o que se pode considerar uma bela vitória.

Durante o combate ao tufão, mostrou-se a coordenação e cooperação entre Secretarias e Direcções do Governo, aliás, as grandes empresas também assumiram as responsabilidades sociais, marcando precedentes, por exemplo, e, tendo em conta a previsão de inundações graves, houve alertas, com antecedência, para a evacuação dos moradores das zonas baixas; a abertura atempada dos centros de acolhimento de emergência e de alguns auto-silos do Governo para uso da população; o encerramento dos postos fronteiriços terrestres; um apelo às empresas de jogo para cooperarem com o Governo, suspendendo a exploração dos casinos, e aquelas disponibilizaram ao público 3 mil e tal lugares de estacionamento, etc.

Após a passagem do “Mangkhut”, o Governo da RAEM enviou, de imediato, pessoal para limpar toda a cidade e trabalhou, até com horas extraordinárias, para remover as árvores caídas nas ruas; declarou a continuação da suspensão das escolas e suspendeu os serviços do Governo, excepto serviços urgentes, no sentido de aliviar a pressão do trânsito; e várias associações e equipas de voluntariado organizadas por empresas apoiaram na limpeza e remoção do lixo, e tudo isto merece o nosso reconhecimento e elogio.

Para além de elogiar os esforços de todos os sectores contra o tufão “Mangkhut”, há que fazer ainda uma revisão para melhorar a proposta de resposta e exortar os cidadãos a cumpri-la, para evitar o aumento dos trabalhos dos serviços de protecção civil e assegurar melhores efeitos na prevenção de tufões e catástrofes. Os cidadãos, as pequenas e médias empresas e, especialmente, os moradores e donos das lojas no Porto Interior, no Fai Chi Kei e na Ilha Verde, esperam que o Governo possa apresentar maior determinação e esforço quanto às construções contra cheias, para resolver as inundações nas zonas baixas.

Em situação de maré alta e tufão, há sempre inundações no Porto Interior, o que afecta a vida dos moradores e o funcionamento das lojas. Após o tufão “Hato”, o Governo anunciou o plano de tratamento das inundações, no qual se inclui a construção de “Box-Culverts” e da estação elevatória de águas pluviais, de muretes de protecção contra inundações e de comportas de retenção de marés. Na reunião do dia 10 deste mês com o sector dos terminais marítimos, os serviços de assuntos marítimos afirmaram que, segundo a recente proposta, as obras dos referidos muretes só se podem iniciar após a construção, pelo IACM, das “Box-Culverts” da estação elevatória de águas pluviais, em 2021, assim, a respectiva proposta de melhoria é definida como proposta de médio prazo, que será implementada, em conjugação com as referidas “Box-Culverts”.

A emissão de avisos de condições meteorológicas extremas já é hoje frequente, e tufões como o “Hato” e o “Mangkut” já não surgirão só uma vez em cinquenta ou cem anos, podendo ser uma vez em cada um ou dois anos. Assim, as obras de tratamento de inundações tornam-se prementes e não podem arrastar-se. Entendemos que as obras devem ser lançadas, de forma ordenada, portanto, sugerimos ao Governo que as realize ordenadamente, dando prioridade às inundações em situação de maré alta no Porto Interior e às provocadas por chuvas torrenciais e tempestades, e que apoie as lojas nas zonas baixas a instalar comportas contra água e a elevar a colocação dos equipamentos de energia.

## **IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 16.10.2018**

### **Nova revisão da Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau**

Há dias, por despacho do Chefe do Executivo, foi determinada a elaboração do projecto do Plano Director da Região Administrativa Especial de Macau, que tem como eixo estratégico a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer e de um Belo Lar, e elencados 11 objectivos desse plano. As políticas de trânsito e de transportes abrangem o seguinte: afirmar Macau como destino turístico e de lazer sustentável e de excelência, potenciar a inserção de Macau na Grande Baía Guangdong — Hong Kong — Macau e desenvolver medidas potenciadoras da mobilidade sustentável, e adequar a oferta de estacionamento em meio urbano, sem prejuízo da qualidade do espaço público, etc.

Por outro lado, durante o “Lutar na juventude e realizar os sonhos – Fórum de Juventude sobre Construir em Conjunto a Grande Baía Guangdong – Hong Kong – Macau”, realizado no passado fim-de-semana, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, afirmou que, para se conseguir que as ligações entre as várias cidades da Grande Baía se façam apenas numa hora, Macau irá construir várias infra-estruturas e proceder aos respectivos estudos com o objectivo de uma coordenação conjunta, incluindo a construção dum novo posto fronteiriço, a viabilidade de interligação ferroviária entre Macau e Hengqin, e o estudo sobre a ligação entre a linha da Taipa e a linha leste do metro ligeiro para chegar às Portas do Cerco, fazendo com que Macau consiga integrar-se da melhor maneira no desenvolvimento da construção de Grande Baía. Nos seus discursos, os governadores do município de Zhuhai e de Jiangmen afirmaram que há que construir, preferencialmente, infra-estruturas no âmbito do trânsito e sugeriram a viabilidade de interligações ferroviárias de alta velocidade e de interurbanos, de metro ligeiro, no sentido de concretizar o referido conceito de que as ligações entre as várias cidades da Grande Baía se façam apenas numa hora.

Quanto à Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau apresentada pelos serviços de tráfego, associações profissionais de engenharia fizeram ponderações aprofundadas e apresentaram sugestões em Janeiro de

2010, e também apresentaram ideias prospectivas. Espero que na elaboração do plano director urbanístico se possa consultar as opiniões dos profissionais locais e, através da concretização das políticas de trânsito, além de aperfeiçoar o trânsito externo, se optimize também o trânsito interno de Macau.

Na realidade, a primazia dos transportes públicos, a gestão dos veículos, os transportes em carris e os transportes lentos devem articular-se com o planeamento geral do trânsito; e a gestão dos veículos e o planeamento do trânsito devem ser executados e geridos de forma pragmática e humana; e, a par de se reforçar a execução da lei, há que dar mais importância à educação e proceder a alterações científicas na melhoria das vias públicas.

O planeamento do trânsito faz parte do Plano director de Macau e encontra-se numa fase de reforma, portanto, há que ponderar globalmente e de forma sustentável as opiniões profissionais e as experiências locais, e, com base na consideração científica e na análise de dados, criar instalações complementares de trânsito. Proponho, mais uma vez, as seguintes políticas:

Com vista à articulação da implementação da "Política da Grande Baía", no âmbito do estudo do planeamento do trânsito, há que ter por base as sugestões de natureza política, de orientação e de enquadramento, e dar prioridade aos trabalhos preparatórios do planeamento de trânsito, tendo em conta os princípios do "Plano director de Macau" e o desenvolvimento conjunto com as regiões vizinhas, com base no princípio de "complementaridade regional e desenvolvimento recíproco";

Com vista à articulação com as políticas e os resultados de estudos das diversas cidades da Grande Baía, e reflectir profundamente sobre a situação actual e o desenvolvimento do trânsito geral de Macau, aproveitando ao máximo a gestão dos 85 quilómetros quadrados de áreas marítimas e dos novos aterros, há que apresentar um plano estratégico sobre o planeamento geral do trânsito, a fim de resolver os problemas, quer nessa zona quer no exterior;

Há que apresentar propostas de planeamento de trânsito relativas a pontes, túneis, e acessos de ligação aos postos fronteiriços e de ligação regional; criar condições de trânsito para uma rede rodoviária de alta eficácia em prol do

aproveitamento dos terrenos dos novos aterros; avaliar os eventuais conflitos graves e problemas decorrentes da ligação entre os novos aterros e as diferentes zonas de Macau, nomeadamente, efectuar estudos profundos sobre as interfaces entre os novos aterros e os bairros antigos, apresentando as respectivas sugestões; desenvolver os novos aterros tendo em conta a primazia dos transportes públicos; e criar vias para a optimização do trânsito nos bairros antigos, tal como, por exemplo, criar uma “via circular exterior” rápida, alargar e melhorar as actuais vias, etc.

Para se desenvolver uma cidade, há que começar com as infra-estruturas de trânsito. Os planos das infra-estruturas de trânsito em projecto, tal como, por exemplo, das vias dos transportes urbanísticos em carris, das vias de ligação interior e exterior, e ainda das ligações dos transportes de alta velocidade em carris, e das auto-estradas, etc. devem seguir claramente as actuais “articulações” definidas. Há que definir claramente planos para a construção de infra-estruturas de trânsito internas e externas. E ainda, tendo em conta os principais eixos dos planos estratégicos e o rumo do plano director urbanístico, há que ligar os “pontos” para criar linhas, há que ligar as “linhas” para criar “faces”, em prol do desenvolvimento geral e do aperfeiçoamento do trânsito e transportes terrestres de Macau.

## **IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 16.10.2018**

A 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da VI Legislatura já foi concluída. Durante as férias legislativas, um tufão catastrófico atingiu Macau. Prestada alta atenção à catástrofe, o Chefe do Executivo permaneceu no Centro de Protecção Civil para dirigir os trabalhos; o Governo, através de coordenação, esforçou-se por enfrentar essa catástrofe; os funcionários da linha de frente desempenharam com rigor as funções; os cidadãos reforçaram a respectiva prevenção. Com a união de forças, a colaboração e a ajuda mútua de diversos sectores sociais, os trabalhos de resposta ao tufão “Mangkhut” surtiram os devidos efeitos. Aproveito, portanto, esta ocasião para manifestar o meu agradecimento e reconhecimento ao Governo pelos trabalhos de protecção civil, e aos funcionários da linha de frente e a todos os cidadãos pelos esforços prestados!

No início da nova sessão legislativa, gostava de apresentar, primeiro, votos de bom trabalho à AL! Nesta sessão legislativa, os trabalhos da AL serão muito intensos. Como sempre, temos de apreciar e aprovar a proposta de orçamento do Governo para 2019, ouvir o relatório das LAG e proceder ao debate das LAG das diversas áreas. É previsível que, durante esta sessão, tenhamos muitas propostas de lei para apreciar e tenhamos de continuar a fiscalizar a execução das acções governativas, portanto, os colegas vão estar relativamente mais ocupados, e os cidadãos também esperam ver os resultados dos nossos esforços.

Mais, a nova conjuntura também apresenta novas exigências quanto aos trabalhos da AL. Por um lado, perante a complexa e inconstante conjuntura internacional, a economia de Macau poderá enfrentar uma determinada pressão; por outro, Macau está a integrar-se no desenvolvimento nacional, e a participar na cooperação e desenvolvimento da Grande Baía, portanto, haverá avanços nos diversos assuntos sociais e da vida da população, mas também poderão surgir algumas situações novas que carecem de uma cooperação ao nível legislativo.

Os cidadãos em geral depositam esperança em nós, e temos de enfrentar um ambiente mais dinâmico, portanto, enquanto deputados, temos de manter o bom trabalho e fazer melhor os trabalhos na nova sessão legislativa, pois só assim é possível concretizar os desejos dos cidadãos.



Assim, aproveito esta ocasião para apresentar as seguintes opiniões:

Primeiro, o volume de trabalho da AL é grande, por isso, espero continuar a cooperar com os colegas para enfrentar conjuntamente os novos desafios do trabalho. Devemos prestar mais atenção ao bem-estar da população, aproveitar de forma plena as vantagens de diversas partes e continuar a auscultar os cidadãos. Devemos ainda entrar nos bairros comunitários para conhecer a sociedade, ficando perto da população. Vamos desempenhar um papel para promover a harmonia social.

Segundo, prestar mais atenção à conjuntura internacional e à cooperação regional. A integração no desenvolvimento nacional é uma tendência e um desejo da população. Devemos cooperar com os cidadãos e apoiá-los, especialmente os jovens, para poderem agarrar as oportunidades de desenvolvimento do Estado.

Terceiro, insistir, no âmbito do funcionamento da AL, nos princípios de ter por base a população e de discussão pragmática e racional; promover uma “convivência harmónica”, para não haver discussão com a intenção de produzir controvérsias, nem oposição que sirva apenas para se opor aos outros. O funcionamento da AL deve obedecer à Lei Básica e ao Regimento, para promover, de forma centralizada, a construção do sistema jurídico.

Quarto, na recente visita da delegação da AL a Pequim, a liderança do Governo Central mostrou reconhecimento quanto aos trabalhos da AL, portanto, não devemos esquecer a nossa intenção inicial, continuando a cumprir a nossa competência de fiscalizar o Governo, e a reforçar a comunicação interactiva com este, para aumentar a compreensão e confiança mútuas, a fim de melhor construir, em conjunto, a cidade de Macau.

Gostaria de partilhar as referidas opiniões com os meus colegas!

## IAOD da Deputada Lei Cheng I em 16.10.2018

A não conclusão, dentro do prazo, das obras de construção e a passagem do tufão “Hato” no ano passado e do tufão “Manghkut” no corrente ano fizeram adiar, mais uma vez, a emissão das licenças de utilização dos edifícios “Bairro da Ilha Verde”, “Cheng Tou” e “Fai Ieng”. Face às pressões exercidas pelos residentes, as licenças de utilização dos últimos dois edifícios vão ser emitidas muito em breve, enquanto as do “Bairro da Ilha Verde”, só após a substituição e reparação das instalações eléctricas danificadas pelo último tufão. Se bem que Raimundo do Rosário, Secretário para os Transportes e Obras Públicas, tivesse afirmado na semana passada que estava confiante de que essas obras vão estar concluídas no corrente ano, a verdade é que receiam os agregados familiares tratar-se de mais um cheque em branco.

Entre eles, alguns (o grupo que apresentou candidatura em 2013) já estão à espera há 5 anos e outros há mais de 10. Com o adiamento, estes têm de suportar o pagamento de rendas e enfrentar situações de despejo, de renovação contratual e de aumento das rendas, sendo, portanto, compreensíveis as suas preocupações e insatisfações. Assim, deve o Governo instar os serviços responsáveis para concluírem, quanto antes, as obras de reparação e coordenarem melhor os trabalhos de vistoria, por forma a garantir a emissão no corrente ano das respectivas licenças de utilização.

É necessário salientar que a necessidade de dar resposta a tufões e a falta de coordenação entre os serviços, aquando da conclusão da vistoria dos projectos de habitação económica, constituem apenas um dos motivos para o atraso na atribuição de fracções aos candidatos, porque o motivo crucial consiste na falta de um planeamento eficaz de habitação pública. Assim, não há um indicador para a oferta anual de habitações públicas nem uma calendarização clara para a lista de espera. No período de 2006 a 2010, a oferta foi “zero” e, mesmo com o plano de construção de 19 mil fracções, alguns projectos não foram concluídos, apesar de um atraso de cinco anos, pelo que os agregados familiares ainda não conseguiram ter uma fracção. Segundo o Instituto de Habitação, desde o retorno da soberania, foram concluídas 21 mil 712 fracções autónomas de habitação

pública, das quais 12 mil e 300 de habitação económica. Depois de 2013, poucas habitações públicas foram concluídas, a oferta foi “zero” em 2014 e, desde 2015 até hoje, houve 2489 fracções concluídas. Assim, durante esses cinco anos, foram concluídas em média 500 fracções, sendo de apenas 210 por ano o número de fracções económicas.

A oferta de habitações económicas nos últimos anos apenas chega para pagar as dívidas anteriores da procura até 2013, sendo difícil de satisfazer a nova procura. Mais, agora em cada concurso há uma nova lista de candidatura, e os requerentes têm de estar num vaivém para tratar desses procedimentos para, no final, haver a possibilidade de nem ficarem na fila de espera. O preço das fracções autónomas está a subir e a pressão da procura de habitação e de fracções de habitação económica pela população também é maior. A resposta do Governo a essa procura deve ser responsável, sendo necessário aperfeiçoar o regime de espera por habitações económicas.

Como o Governo divulgou já vários projectos de habitação económica de grande dimensão e se prevê que a oferta vai ter um aumento gradual, portanto, aquando da revisão da Lei da habitação económica, proponho que se defina “a pontuação com lista de espera” e se mantenham as listas de espera, o que não só permite que o Governo esteja a par do número de candidatos e das necessidades quanto à tipologia, podendo evitar a repetição de erros, para assegurar uma melhor disponibilidade dos recursos de terras, bem como o inconveniente de entregar de novo o impresso aos candidatos, podendo diminuir os recursos humanos e o tempo de apreciação, para elevar a eficiência administrativa. Só que o Governo, segundo as necessidades, planeia anualmente o número das habitações económicas a construir e a oferecer, e, se a construção das mesmas ficar concluída no prazo definido, não acontecerá a situação de os candidatos esperarem mais de 10 anos, sem terem, afinal, uma habitação. O referido método consegue absolutamente prever o tempo de espera, permitindo que os agregados familiares qualificados saibam quando é que as suas expectativas conseguem ser concretizadas, o que contribui, realmente, para os cidadãos viverem tranquilos.

## IAOD do Deputado Leong Sun lok em 16.10.2018

### **Recorrer à cooperação regional para aumentar o nível das obras locais**

As infra-estruturas urbanas determinam um desenvolvimento estável da sociedade e estão relacionadas com a vida da população. Mas, desde sempre, a respectiva construção nunca acompanhou o desenvolvimento da sociedade, e as obras públicas têm sempre atrasos, derrapagens orçamentais, problemas de qualidade, etc. Por exemplo, no passado, a obra de aterro com areia na Zona A dos Novos Aterros e as obras do terminal marítimo do Pac On e, hoje em dia, o metro ligeiro, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, o murete contra inundações que o Governo pretende construir, a quarta ligação, e os diversos projectos de habitação pública, todos têm atrasos graves, situação que os cidadãos têm criticado ao longo dos anos. Isto não só afecta o prestígio da governação, mas também impede a melhoria da vida da população e o desenvolvimento da sociedade. Nos próximos anos, o Governo vai enfrentar o desafio da construção de várias infra-estruturas importantes e de obras públicas de grande envergadura, que envolvem o interesse público e abrangem habitação, trânsito, cuidados de saúde, transportes transfronteiriços, etc. Portanto, estas são extremamente importantes para o desenvolvimento de Macau e relacionam-se com o bem-estar da sociedade. O Governo tem de absorver a experiência, eliminando cerce os problemas, isto é, eficiência baixa das obras públicas e insuficiências na fiscalização.

A Província de Guangdong anunciou, este ano, as prioridades da implementação do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, nas quais se referem o reforço da cooperação e intercâmbio entre Guangdong e Macau na construção civil e nos respectivos serviços. Para além disso, o Governo da RAEM, investiu 20 mil milhões de renminbis da reserva financeira para a criação do “Fundo para o Desenvolvimento da Cooperação Guangdong-Macau” em conjunto com a Província de Guangdong, com vista ao desenvolvimento das construções da Grande Baía, nomeadamente, os projectos para elevação da qualidade de vida da população de Guangdong e Macau. Na minha opinião, face à tendência do desenvolvimento da cooperação regional e às condições actuais, Macau pode aproveitar a plataforma de cooperação regional para elevar a qualidade e eficácia

das obras públicas locais. Tome-se como exemplo a construção do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau: com uma área de construção superior a 600 mil metros quadrados, teve início em Dezembro de 2016 e atingiu o objectivo básico de conclusão após cerca de um ano de execução, com a inauguração da iluminação em 18 de Dezembro de 2017. Apesar da grave destruição causada pela passagem do tufão Hato, as obras em geral conseguiram concluir-se com alta eficiência dentro do prazo previsto, o que serve de referência e de bom exemplo para os serviços competentes.

A eficácia da construção de obras públicas tem sido baixa e os custos, elevados. A sociedade questiona-se sobre se as despesas astronómicas de consultadoria e de estudos nos contratos de adjudicação do Governo, a mobilização de avultado erário público, o desperdício de tempo e atrasos, e as derrapagens financeiras e adiamentos de prazos se vão transformar em situações regulares. Assim, entendo que, em relação às obras de grande dimensão e de interesse público, em que os sectores profissionais não têm experiência, os serviços competentes devem pedir apoio ao Interior da China, ou através de cooperação bilateral desenvolver as obras, para elevar o seu nível de gestão de obras, reduzindo os custos, e ainda aproveitar as empresas experientes do Interior da China para formar talentos locais para a área de obras. Resumindo, o Governo tem de reforçar o aperfeiçoamento do regime de aquisição de bens e serviços, e fiscalizar rigorosamente a eficácia das obras. Mas, para além disso, solicito às autoridades competentes para efectuarem estudos para resolver os problemas de atrasos nas obras públicas, etc., através de cooperação regional e convidando empresas de qualidade do Interior da China para participarem nas infra-estruturas locais, em prol do elevar dos benefícios económicos e sociais decorrentes da construção das infra-estruturas de Macau.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 16.10.2018**

### **Rever a lei laboral sem atrasos ou hesitações**

As trabalhadoras da função pública gozam de 90 dias de licença de maternidade, o que é invejável para as trabalhadoras em geral e mais favorável do que os 70 dias de licença de maternidade das funcionárias públicas de Hong Kong. Mas, a partir do dia 10 deste mês, a situação já não será assim, porque, no relatório das LAG de Hong Kong recentemente publicado, sugere-se o prolongamento da licença de maternidade, em geral, passando das actuais 10 semanas para 14. Para além disso, o governo de Hong Kong decidiu prolongar, desde já, para 14 semanas, a licença de maternidade para as funcionárias públicas, o que suscitou uma ampla atenção entre os trabalhadores de Macau. Muitos deles questionam quando é que vai haver em Macau uma licença de maternidade de 98 dias.

A revisão da lei laboral de Macau parece ter por objectivo corresponder ao definido na lei laboral de Hong Kong, e considera-se que, para dar uma resposta aos trabalhadores, basta alcançar o nível de Hong Kong. Mas, enquanto em Macau existem ainda controvérsias na revisão da lei sobre o prolongamento da licença de maternidade, Hong Kong já deu um passo firme na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, o que não só faz com que Macau fique atrás, mas também aumenta, mais uma vez, a diferença entre os dois lados em termos desses direitos e interesses. Perante este resultado, o Governo tem de fazer uma reflexão profunda, não é?

A meu ver, mesmo que a diversificação de interesses e exigências possa tornar vulgares as controvérsias laborais, o essencial é que a implementação das políticas possa demonstrar a determinação e sinceridade do Governo. As divergências não devem ser um impedimento para o desenvolvimento, nem razão para o não avanço dos direitos e interesses laborais dos empregados. A alteração da lei laboral baseada numa atitude receosa e num pensamento de agradar aos dois lados é irrealista, e é o que um governo racional não deve fazer.

Aproveito esta oportunidade para sugerir ao Governo que acelere a alteração da lei laboral e tenha como referência os aspectos com consenso social, tais como

aumentar a licença de maternidade, criar a licença de paternidade remunerada e uma compensação quanto à coincidência de feriados, flexibilizar a compensação quanto aos feriados obrigatórios e criar um regime de compensação para equilibrar os direitos e interesses. Quanto aos aspectos com grandes controvérsias, tais como, introduzir certos feriados obrigatórios e um regime de compensação facultativo, etc., deixam-se para discussão da sociedade, com vista a um maior consenso e à resolução de eventuais problemas complexos. Espero que o desenvolvimento geral dos direitos e interesses laborais não seja impedido devido às controvérsias de algumas normas, e que a paciência e a confiança dos cidadãos não sejam eliminadas devido à espera.

## **IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 16.10.2018**

### **Proibição da entrada de cigarros electrónicos**

Segundo os dados revelados pela OMS em Março do corrente ano, o consumo de tabaco causou a morte a metade dos seus consumidores. O tabaco tira, em cada ano, a vida a mais de 7 milhões de pessoas, entre as quais 6 milhões eram consumidoras directas de tabaco, enquanto 890 mil foram vítimas do fumo de tabaco inalado. A fim de proteger a saúde do público e o ambiente, e consequentemente reduzir os encargos do sistema de saúde, os governos de vários países e regiões têm reforçado o controlo do tabaco. Em Macau, conseguimos algum sucesso na prevenção e controlo do tabagismo tradicional, através da produção de leis e da educação. Mas não se procedeu à proibição total do consumo de novos produtos de tabaco. Embora o novo regime de prevenção e controlo do tabagismo proíba, no perímetro da zona proibida, o consumo de cigarros electrónicos, bem como a sua venda, publicidade e promoção, admite que os visitantes entrem em Macau com cigarros electrónicos.

Escuso-me de explicar aqui os males do tabaco tradicional, mas devo realçar que são igualmente muitas as consequências resultantes dos novos produtos de tabaco, nomeadamente os cigarros electrónicos, que são uma imitação dos produtos de tabaco tradicionais e que entraram, subitamente, na moda, nos últimos 10 anos. Oferecem mais de 8 mil modalidades à escolha, para além de muitas das suas embalagens serem modernas e bonitas e com diferente sabor de frutas e vitaminas aditadas, sublinhando que o prejuízo para a saúde é menor, face aos produtos tradicionais, e que ajuda a deixar de fumar. Assim, tornam-se facilmente num veículo que leva os jovens a consumir tabaco. Vários estudos médicos apontam que os novos produtos de tabaco contêm várias substâncias perigosas e composições químicas diferentes, não estando, então, garantida a sua segurança e daí existirem potenciais riscos para a saúde humana. Ainda segundo os estudos, os consumidores de novos produtos de tabaco consomem também cigarros tradicionais, o que não é benéfico para a prevenção e controlo do tabagismo. Mais, esses produtos mudam todos os dias e, segundo as últimas reportagens, houve um cigarro electrónico que explodiu e o aditamento de droga num deles, ou seja, são inimagináveis os efeitos negativos desses produtos.



A Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Hong Kong (RAEHK), Carrie Lam, divulgou o seu segundo relatório das Linhas de Acção Governativa, propondo a proibição total dos cigarros electrónicos. A proposta de revisão legislativa será apresentada durante a presente sessão legislativa, para ser proibida a importação, produção, venda, distribuição e publicidade de cigarros electrónicos e de produtos de novas formas para fumar. Em Macau, já está proibida a venda de cigarros electrónicos, mas a sua importação é ainda autorizada, pelo que se verifica uma contradição na política. Os fumadores conseguem comprar facilmente esses produtos nas regiões vizinhas e, em Macau, também existem canais escondidos para os conseguir, o que contribui indirectamente para o consumo desses cigarros.

Sou Deputado e também educador, por isso, apelo ao Governo para que seja totalmente proibido o consumo e, em especial, a importação de cigarros electrónicos e de outras novas de fumo para protecção da saúde da população, especialmente das nossas crianças, jovens e estudantes. Antes de esses cigarros se tornarem vulgares, as autoridades devem tomar medidas de fiscalização mais eficazes, incluindo, por exemplo, a proibição do seu consumo em quaisquer lugares públicos. Os programas de ensino nas escolas devem ser melhorados, ensinando os alunos sobre os efeitos prejudiciais dos cigarros electrónicos. No futuro, deve-se reunir o consenso da sociedade e considerar a proibição total do fumo para a transformação de Macau numa cidade sem fumo.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 16.10.2018**

### **O Governo deve liderar a discussão sobre a revisão legislativa e acelerar o processo legislativo das licenças de maternidade e paternidade**

O Governo está a recolher opiniões junto da população e dos diversos sectores sociais sobre o Relatório das LAG para 2019, e o último relatório da região vizinha de Hong Kong contém muitas medidas novas e pontos de destaque sobre a área das mulheres. Um deles é o alargamento da licença de maternidade e do respectivo método de subsídio, aumentando as despesas com a licença de maternidade a suportar pelo Governo, podendo os empregadores pedir ao Governo o pagamento às trabalhadoras de mais 4 semanas de licença de maternidade. Esta medida fez com que muitos futuros pais e mães me perguntassem: “Em Macau, quando é que vai haver o aumento da licença de maternidade remunerada e a licença de paternidade remunerada?”

O Governo tem vindo a propor políticas de harmonia familiar e de aumento da natalidade, nos últimos anos. Recorde-se o processo do aumento das licenças de maternidade e da criação das licenças de paternidade com vencimento: o Chefe do Executivo afirmou no relatório das LAG para 2015 que ia estudar a inclusão das licenças de paternidade com vencimento na Lei das relações de trabalho; em 2016, reafirmou que apoiava a revisão da lei e solicitou o apoio da sociedade. Portanto, desde as opiniões do Chefe do Executivo, a questão foi discutida, analisada e promovida na sociedade durante vários anos e conseguiu obter um consenso, por exemplo, recolhi mais de 10 mil assinaturas para dar apoio à matéria; em Novembro do ano passado, durante a consulta pública da proposta de lei, em conjunto com associações, fizemos inquéritos, e a maioria dos inquiridos apoia a criação da licença de paternidade com vencimento de 5 dias, e 85 por cento dos inquiridos considera que a licença de maternidade deve abranger 90 dias, entendendo que as duas partes devem assumir, ou seja, o Governo paga o vencimento das licenças de paternidade e do prolongamento das licenças de maternidades, e as empresas conferem as licenças.

Quanto à revisão da lei, em 2016, o Secretário para a Economia e Finanças aqui me respondeu ter uma calendarização na mente e a respectiva ordem para a

concretização. Já se passaram quase dois anos e isso ainda não aconteceu. O aumento da licença de maternidade e a concretização da licença remunerada de paternidade devem fazer parte dos planos legislativos deste ano, mas o Governo argumenta sempre com a necessidade de “seguir os procedimentos” para arrastar a situação, deixando impossível concretizar essas medidas. Quanto ao aumento da licença de maternidade, em Maio, o Governo afirmou, no âmbito do Relatório de síntese da consulta sobre a Lei das relações de trabalho, a vontade de conceder subsídios aos trabalhadores locais. Mas, até agora, não houve esclarecimentos sobre os pormenores. Isto faz estagnar a revisão da lei nas questões de serem remunerados ou não os 14 dias de faltas justificadas por maternidade, e de a licença de paternidade ser de 3 ou 5 dias. O Governo não consegue dar uma sugestão clara à Concertação Social e não assume a liderança nas discussões. Assim, receio que as discussões demasiado longas obstem ao andamento da revisão da lei, afectando os direitos e interesses das mulheres e impedindo a concretização das políticas de promoção de nascimentos saudáveis, de aumento da taxa de natalidade e de harmonia familiar.

Em Hong Kong, no relatório das LAG de Outubro do ano passado, propõe-se o aumento da licença de paternidade remunerada de 3 para 5 dias, e a licença de maternidade legal de 10 para 14 semanas. Trata-se de alterações semelhantes às 7 alterações previstas no documento de consulta pública sobre a alteração da Lei das relações de trabalho de Macau. Mas, no território vizinho, a proposta foi apresentada e, em curto espaço de tempo, foi discutida no seio do “Labour Advisory Board”, obtendo apoio, e é claramente uma situação que está mais avançada do que em Macau.

Pelo exposto, insto de novo os respectivos serviços públicos a assumirem as responsabilidades, implementando o que foi dito pelo Chefe do Executivo na Assembleia Legislativa (AL), para liderar no seio do CPCS as discussões e os trabalhos de alteração à lei para haver um consenso, e, se necessário, a lei também pode ser legislada de forma faseada. Por outro lado, as concessionárias do jogo já aumentaram os dias da licença de maternidade remunerada e criaram a licença de paternidade no presente ano. No futuro, a Administração deve incentivar as grandes empresas a melhorar as regalias dos seus trabalhadores, como incentivo para estes trabalharem com afinco e servir de base para a criação

de uma lei de licenças de maternidade e paternidade remuneradas. Mais, 90 por cento das empresas de Macau são PME, por isso a Administração deve pensar em diminuir-lhes a pressão da gestão. Para além das empresas disponibilizarem estas licenças aos seus trabalhadores, o Governo também deve contribuir pagando os respectivos salários, e analisar e estudar uma forma de introduzir um mecanismo de substituição das pessoas que estão neste tipo de licenças, tudo isso servindo para ajudar na falta de mão-de-obra das PME, bem como “estipular uma calendarização” para a implementação da política do aumento dos dias de licença de maternidade remunerada e a criação da licença de paternidade.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 16.10.2018

Há dias, o Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado, Han Zheng, teve um encontro com uma delegação da AL e reconheceu o trabalho desenvolvido nas sucessivas legislaturas, tendo falado de três expectativas no arranque da nova sessão legislativa, isto é, a defesa da soberania nacional por parte de todos os deputados, a concretização da fiscalização e cooperação mútua entre o Governo e a AL nos trabalhos administrativos e legislativos, e a integração na Grande Baía Hong Kong-Zhuhai-Macau e no planeamento geral do desenvolvimento do País. A defesa da soberania nacional é um dos princípios que os deputados devem seguir na elaboração das leis; a relação entre o órgão executivo e o órgão legislativo tem melhorado e há cooperação mútua. As comissões de acompanhamento da AL têm acompanhado os trabalhos do Governo, fiscalizando as suas políticas de acordo com a lei. Mas, a meu ver, dessas três expectativas, a integração na Grande Baía e no planeamento geral do desenvolvimento do País é a mais premente, pois este trabalho é desenvolvido simultaneamente pelos três lados, portanto, Macau vai ser marginalizada se o andamento for lento. Os trabalhos de construção da Grande Baía estão a ser desenvolvidos de forma ordenada, e as autoridades afirmaram que iam actualizar o Plano Quinquenal de Desenvolvimento para nele ser acrescentado o conteúdo de desenvolvimento da Grande Baía, e anunciaram que iam elaborar um esboço do plano director, no qual se inclui a promoção da integração de Macau na Grande Baía. Com o pleno arranque dessa construção, a sua promoção em conjunto com as outras cidades da Grande Baía passa a ser um dos importantes trabalhos de Macau.

A criação da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é uma oportunidade rara para o desenvolvimento de Macau, mas também apresenta grandes desafios, pois nela existem dois sistemas jurídicos e três regimes diferentes, e cada região apresenta diferenças ao nível político e jurídico. Como é que a Grande Baía vai superar os obstáculos derivados dessas diferenças? Qual o modelo a adoptar para promover a cooperação? Estas questões têm implicações com as funções da Grande Baía, porque o seu desenvolvimento a longo prazo necessita de leis para servir de base. Assim, um bom mecanismo de protecção jurídica constitui uma garantia importante para regulamentar e promover o planeamento da Grande Baía e a respectiva execução.

O Interior da China e Macau também afirmaram que iam reforçar os estudos sobre as questões jurídicas derivadas da construção da Grande Baía, mas ainda não se viu nenhuma conclusão. Macau deve tomar a iniciativa de reforçar o contacto com os membros da Grande Baía, para quebrar, em conjunto, os impedimentos da cooperação devido às diferenças do sistema jurídico e do modelo de desenvolvimento económico, para promover, ao nível de sistema e legislação, uma articulação total entre as cidades da Grande Baía, e garantir que haja legislação para os respectivos projectos avançarem, com vista à construção gradual da Grande Baía. Mais, como há falta de conhecimento profundo por parte dos cidadãos de Macau sobre os regimes político e judicial do Interior da China, o Governo deve quanto antes iniciar a respectiva divulgação e orientação, e formar talentos que conheçam bem os mecanismos, a situação do desenvolvimento e os sistemas jurídicos dos três lugares, com vista a melhor permitir a Macau e aos seus cidadãos a participação no desenvolvimento e na construção da Grande Baía.

## **IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 16.10.2018**

### **Há que recorrer a audição e a debate público para impelir o Governo a efectuar um balanço sobre a lição retirada das falhas do sistema do metro ligeiro e a definir planos eficazes de desenvolvimento**

Relativamente ao metro ligeiro, a obra pública com maior investimento da RAEM, tem havido atrasos, derrapagens orçamentais e alterações ao planeamento, daí a proliferação de problemas.

Em 2007, o Governo da RAEM criou o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT) e decidiu investir 4200 milhões para iniciar a construção do sistema de metro ligeiro. Em 2009, publicou o aumento do investimento até 7500 milhões, e o GIT fixou, após consulta pública, os traçados da 1.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro, designadamente, a Linha da Taipa, a ligação entre a Taipa e a Barra, e um traçado que começa na Barra e passa pela costa oriental da Península de Macau, estendendo-se até às Portas do Cerco, e definiu que a 2.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro consistia num traçado entre a Barra e as Portas do Cerco, pela costa ocidental da Península de Macau. Mais, o mesmo afirmou publicamente que, em 2015, podia fazer a 1.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro, no seu todo, entrar em funcionamento, e dar início à construção da 2.<sup>a</sup> fase. Em 2013, o Chefe do Executivo revelou, no âmbito do relatório das LAG, o ajustamento do traçado da 1.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro nos NAPE e que previa o arranque das respectivas obras em 2105 e o atraso da 1.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro até 2018. Mas, de facto, até ao momento ainda não há obras de construção do metro ligeiro na Península de Macau, e o orçamento do investimento relativo aos traçados parciais do metro ligeiro aumentou, já em 2013, para 14,3 mil milhões. Mais, deixa de existir uma data para o arranque das obras da 1.<sup>a</sup> fase do metro ligeiro na Península de Macau, e a 2.<sup>a</sup> fase já desapareceu dos planos de trabalho do Governo. Segundo o PIDDA referente ao 2.<sup>o</sup> trimestre deste ano, o orçamento autorizado para o Programa do Sistema de Transportes Colectivos Urbanos de Macau, isto é, o metro ligeiro, já ultrapassou os 29 mil milhões. O actual Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que era preferível construir uma ligação entre a Taipa e a zona A dos novos aterros para chegar à Linha Leste das Portas do Cerco do que avançar com as obras do segmento da península de Macau, só que não adiantou os custos-benefícios das

diversas linhas. Recentemente, o Comissariado de Auditoria (CA) divulgou o relatório que acompanha a estimativa do custo do sistema do metro ligeiro, e podemos detectar que a estimativa para 8 das 11 linhas no curto, médio e longo prazo, definidas pelo Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT), atinge 50 mil milhões. Claro que o Governo não vai admitir que isto é um orçamento. Mas se a obra pública maior da RAEM continuar assim, não será que o público vai continuar a criticar que é um buraco sem fundo que só gasta dinheiro do erário público?

Enquanto obra pública maior e mais importante da RAEM, têm-se verificado derrapagens orçamentais, incumprimento dos prazos, alteração repentina dos planos de desenvolvimento e suspensão dos projectos, e vão enfrentar-se problemas como grandes prejuízos e falta de benefícios, portanto, é preciso introduzir, quanto antes, ajustamentos gerais, e fazer análises racionais e divulgar as dificuldades, os lapsos e os processos de contingência, bem como corrigir os erros, proceder à responsabilização e definir um rumo de desenvolvimento que tenha benefícios. A fim de debater, eficazmente, esta questão que envolve o interesse público, tem de ser esclarecida uma série de problemas, para tanto, entendo que é necessário activar o processo de audição e criar uma comissão especializada, convocando pessoas interessadas para prestar depoimento na Assembleia Legislativa.



## **IAOD do Deputado Au Kam San em 16.10.2018**

### **Nunca se deve difamar os juízes e quebrar o Estado de Direito de Macau para satisfazer interesses particulares**

Quanto à Lei de terras, há quem lute pela sua revisão devido aos seus interesses, o que é compreensível. Rever ou não? Como e quando? Tudo pode ser discutido de forma calma e com razão. Todavia, se, devido aos interesses particulares, se vier a quebrar e a difamar o sistema judicial e o Estado de Direito de Macau, isto nunca será, de modo algum, admissível.

Há dias, houve quem convidasse dois juristas do Interior da China para participarem num seminário em Macau, pretendendo obter apoios para a revisão imediata da referida lei através das palavras daqueles juristas, em mandarim. Trata-se de uma estratégia para promover a revisão da lei, o que, em princípio, devia ser incontestável. Isto porque algumas pessoas sabem que, sob o princípio de “um país, dois sistemas”, os governantes de Macau estão extremamente atentos ao Governo Central. Mesmo que seja absurdo o que os governantes do Governo Central dizem, os governantes de Macau seguem na mesma. Por isso, arranjar um pretense jurista, falante de mandarim, para vir aqui discursar poderia, provavelmente, enganar as pessoas, no sentido de acharem que estava em causa a vontade do Governo Central e, se assim fosse, o objectivo seria alcançado.

É ainda compreensível recorrer a manhas para conseguir interesses particulares. Porém, se se vier a quebrar o Estado de Direito e a difamar o sistema judicial de Macau para consegui-lo, prejudicando assim a concretização do “um país, dois sistemas”, então já é algo difícil de aceitar.

Para satisfazer as expectativas do convidante, os referidos “juristas” oriundos do Interior da China tomaram a nuvem por Juno, isto é, apontaram que o TUI de Macau não tem a competência de interpretação judicial e que, em caso da lei enfermar de problemas, os juízes só podem cumprir a legislação vigente. Mais, até aconselharam a não recorrer ao tribunal quando houver litígios em torno das terras.

Não percebemos porque é que se considera como deficiência os juízes cumprirem a lei. Os tribunais são importantes bases para a salvaguarda do Estado de Direito, e os juízes executam as decisões de acordo com a lei, em prol da concretização do Estado de Direito e da justiça. Os tribunais tratam das acções, e os juízes efectuam julgamentos, segundo o “fio-de-prumo” – a lei, e cumprir a lei é uma das suas prioridades. Mas os chamados académicos da área jurídica falam sem rodeios, em mandarim, e acusam os juízes por cumprirem a lei. A sorte é que são apenas “especialistas da área jurídica” sem ocuparem nenhum cargo, caso contrário, podia-se entender que era uma instrução do Governo Central para os juízes de Macau não cumprirem a lei, o que ia constituir uma calamidade para o Estado de Direito de Macau.

Aquele “especialista da área jurídica” afirmou que o TUI não tem o direito de interpretar a lei, o que ainda é mais absurdo. Se os tribunais não tiverem o direito de interpretar a lei, então quem tem? É a Assembleia Legislativa (AL) ou a autoridade administrativa? A AL é o órgão legislativo e, depois de legislar, deixa de ter o direito de interpretar a lei. A autoridade administrativa tem algum direito de interpretar a lei, mas limita-se a exercê-lo durante o processo de execução da lei. Finalmente, a interpretação da lei é do poder dos tribunais e dos juízes. Os tribunais de Macau julgam os casos segundo o princípio da livre apreciação das provas. A chamada “livre apreciação das provas” implica a capacidade de os juízes tomarem uma decisão livremente sem serem influenciados por forças externas, e, ainda, de apurarem a veracidade dos factos segundo a sua interpretação da lei, a sua consciência e as regras da experiência. Isto demonstra, clara e facilmente, que é totalmente absurdo dizer que os tribunais de Macau não têm o direito de interpretar a lei.

É ainda mais absurdo aconselhar a não recorrer à decisão do juiz em caso de conflito envolvendo questões de terrenos. Quando não existiam tribunais, os meios clássicos utilizados pelo Homem para a resolução de litígios eram a força, as influências de poder, as ameaças, a matança e o fogo posto, o rapto e a extorsão. Mas nos dias de hoje a solução cabe aos tribunais, enquanto meio eficaz mais que provado numa sociedade de Direito. Se o sr. Yang entender o contrário, qual será então a solução? Será por demonstração de força, convocando a concentração de membros das seitas, ou por rapto e ameaça? Afinal, que “jurista” é?

Não poucas pessoas em Macau gostam de ter na ponta da língua “amar a Pátria e Macau”, mas na realidade utilizam-na por interesse particular, sendo, pois, uma forma clássica de “amar mais o dinheiro do que a Pátria e Macau”. É inaceitável este tipo de conduta que prejudica o primado da lei e menospreza o papel dos juízes e dos tribunais de Macau, logo, temos de abrir bem os olhos e adoptar meios para fazer parar esse tipo de conduta que prejudica o primado da lei.

## IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 16.10.2018

### **As inundações anuais não são predestinadas, as obras contra inundações começam por pequenos passos**

Há um mês, houve mais um supertufão, o Mangkhut, e felizmente não houve perda de vidas e prejuízos graves, graças aos trabalhadores da linha da frente da protecção civil e dos outros serviços. Para ser justo, quanto à previsão meteorológica, evacuação, divulgação de informações e recuperação, os trabalhos do Governo melhoraram. É preciso lembrar, porém, que são sucessos iniciais, alcançados em consequência do sangue e lágrimas no desastre do Hato, e da persistência da sociedade, ao longo deste ano, em efectivar as responsabilidades do Governo, ou seja, a população sente que a prestação do Governo face ao tufão Mangkhut teve um salto grande, e a razão verdadeira é que a batalha contra o Hato foi perdida de tal forma que o Governo, gato escaldado, finalmente fez o que deve fazer.

Fazendo uma comparação, uma pessoa teve 20 por cento num teste e foi repreendido energicamente. Dedicou-se ao estudo e conseguiu 60 por cento. Parece que este tipo de grande salto em frente é louvável, e a pessoa pode ficar muito bajulada. Agora, como será na próxima vez? Se mantiver apenas o suficiente, a pessoa não volta a ser aplaudida. No futuro, com base na confiança mútua e sinergia entre o Governo e a população, como se vai ultrapassar o gargalo da garrafa no combate a tufões, para que os trabalhadores de resgate não voltem a construir “uma nova grande muralha com o sangue e carne”, os residentes nas zonas baixas não fiquem aterrorizados com a passagem de um tufão, e as futuras gerações não vivam em pânico por causa das inundações? Eis a questão.

Quer um ano depois da passagem do tufão Hato, quer na véspera do Mangkhut, órgãos de comunicação social estrangeiros fizeram-me a mesma pergunta: “Quais foram as mudanças que Macau sofreu após a passagem do tufão Hato?”, e a minha resposta foi: “A consciência de alerta para crises aumentou, mas o progresso das infra-estruturas é quase nulo. Isto é, os lugares das inundações frequentes continuam inundados, só que as pessoas e as

mercadorias provavelmente saíram daí mais rapidamente”. O problema das inundações no Porto Interior, no Patane, na Almeida Ribeiro e na Vila de Coloane não passa de um dia para o outro, e a questão é que as infra-estruturas do Governo de tratamento das inundações continuam só no papel.

Mesmo que as obras provisórias de prevenção de inundações do Porto Interior tenham sido já concluídas em 2015, a instalação de barreiras de protecção contra cheias e de comportas demonstra que não é possível aguentar as marés. Após a passagem do tufão Hato, o Governo anunciou o projecto de curto prazo de instalação de barreiras de protecção contra cheias do Porto Interior, mas, recentemente, foi alterado para médio prazo, e algumas barreiras entre os portos só podem ser construídas depois da conclusão das obras das bombas de águas pluviais da zona norte em 2021. Quando foi divulgado o projecto de curto prazo, o Governo não sabia que as obras envolviam bate-estacas, injeção de cimento, remoção de infra-estruturas subterrâneas e coordenação com o funcionamento do terminal marítimo? Este tipo de planeamento arbitrário, em que o início das obras tem de aguardar muito tempo, sem pensar se os resultados alcançados poderão ou não atingir os objectivos previstos, só deixa os residentes bastante desiludidos e preocupados.

No ano passado, o Governo fez muitas promessas sobre o problema das inundações, por exemplo, a melhoria da válvula anti-retorno dos efluentes na zona costeira, a construção de estações elevatórias de águas pluviais, de “Box-Culvert”, de tanques de retenção de água e de comportas amovíveis ao longo do canal marítimo de Wanzai. Nos meus contactos com a população e proprietários de lojas no Porto Interior, estes manifestaram especial atenção à data de conclusão dessas infra-estruturas, para o problema das inundações ficar resolvido. Não esperamos qualquer resultado imediato na resolução desse problema, mas um plano visível, claro, sistemático e credível para a resolução das inundações.

O aquecimento global e a subida do nível dá água do mar resultaram numa competição por terrenos entre o Homem e os oceanos, e será certamente mais grave a destruição provocada pelas “storm surges” e inundações. Os fenómenos climáticos radicais estão a aumentar, e é possível que passem a afectar-nos anualmente, por isso, como é que podemos ignorar esse facto? Em dez anos passámos pela experiência de tempestades como o Hagupit, o Hato, o Mankghut,

e é necessário que toda a sociedade reflita sobre essas experiências depois do drama. A prevenção de inundações envolve diversos serviços e é um trabalho de longo prazo, e o Governo pode considerar a criação de um serviço próprio para as inundações e de uma plataforma para troca permanente de opiniões, através de debates entre o público e profissionais locais e de outras localidades. A Assembleia Legislativa deve também criar uma comissão de fiscalização para esse trabalho, avaliando e acompanhando de perto a calendarização e a eficácia das obras de prevenção de inundações.

Há sempre mais soluções do que problemas, e não devemos recear as inundações, pois o que assusta é a postura de omissão do Governo e do Hemiciclo, que faz com que a população ache que as inundações se tornaram para sempre no seu destino.

## **IAOD da Deputada Chan Hong em 16.10.2018**

Aproveito, por ser hoje o início de mais uma sessão legislativa, para desejar a todos muita saúde e felicidades. Foram colhidos rasgados elogios pela forma como o Governo actuou, durante a passagem no mês passado do supertufão Mangkhut, nomeadamente, pela importância, pré-aviso, preparação, medidas e comando das operações. É melhor “prevenir do que remediar” e contar com a colaboração da população. Foi assim que o Governo incentivou a participação de todos nos trabalhos de rescaldo, removendo os detritos.

Na verdade, as instituições de solidariedade fazem parte desde sempre dos serviços sociais, assumindo com o seu baixo custo e alta eficiência, e com a sua elasticidade e prontidão, algumas tarefas que o Governo bem quer, mas não pode por enquanto realizar. Os grandes apoios dispensados pelo Governo, nos últimos anos, fizeram subir de nível os seus serviços e aquelas passaram a depender deles como principal fonte de recursos. As autoridades estão determinadas a reformar o regime de apoio aos serviços sociais e implementaram, em Julho de 2015, um novo regime de apoio, actualizaram em Fevereiro do corrente ano o montante do subsídio a atribuir aos assistentes sociais e encorajaram a adesão ao regime de previdência central não obrigatório.

O sector reconhece o esforço do Governo quanto ao desenvolvimento dos serviços sociais e espera que o regime e as medidas de apoio nesta área sejam melhorados. O actual regime de apoio financeiro foi posto em prática há já 3 anos e na sua execução foram descobertas várias normas não claras e não perfeitas, o que afecta o bom funcionamento e a qualidade dos serviços dos órgãos desta área. Em 2015, quando o Governo lançou o novo regime, prometeu que o sistema contabilístico, o bem-estar do pessoal, a formação e a renda dos lugares e equipamentos dos seus serviços seriam inseridos na fase do segundo apoio financeiro e que os trabalhos da fase anterior seriam revistos, mas porque é que o resultado da respectiva revisão até à data ainda não foi divulgado? O sector apresenta uma forte aspiração à criação do regime da carreira do pessoal do serviço social, à definição de apoio financeiro que varie segundo a antiguidade do pessoal, à concessão de subsídios para o trabalho por turnos e horas

extraordinárias, etc. Desejo que a Administração continue a reforçar a comunicação com o sector, aperfeiçoe o actual regime de apoio financeiro para responder às suas aspirações e aproveite melhor os recursos para que estes produzam o máximo efeito.



高天賜議員

**“O Governo apresenta de uma só vez uma enxurrada de propostas de lei na Assembleia Legislativa”**

Ao longo de dezena de anos e ainda recentemente, o Governo tem manifestado a vontade de dialogar mais estreitamente com a Assembleia Legislativa (AL) no sentido de melhorar a articulação e o “timing” na apresentação das propostas de leis quer em volume, quantidade e quer à complexidade das matérias.

Isto para evitar o desconhecimento por completo por parte de alguns deputados, de quando, quantos e que tipo de propostas de lei seriam submetidas levando também em consideração a disponibilidade temporal dos deputados para terem tempo suficiente para as analisar quer na generalidade quem em sede de especialidade.

Para mim e muitos cidadãos estas “slogans” de maior colaboração e compreensão mútua entre o Governo e a AL são palavras “ocas”, e sem qualquer sentido prático, porque o que quase sempre tem acontecido é uma ausência completa de calendarização, o Governo quanto lhe “apetece” e lhe “dá jeito”, “deixa” durante meses a AL a “secar” sem propostas de lei ou então quando as apresenta elas são à “catadupa” deixando os Deputados de “rastos” e “sem mãos para medir” face à quantidade simultânea de propostas apresentadas ao mesmo tempo.

Estas situações até parecem que propositadas com o objectivo de, por um lado, os deputados não terem tempo suficiente para as analisar e por outro lado limitar as suas intervenções por falta de tempo.

O exemplo mais recente, foi a surpreendente apresentação simultânea de sete propostas de leis, que recebi no dia 8 do corrente, muitas delas de elevada complexidade e relacionadas com direitos fundamentais protegidos pela Lei Básica. Exemplifico, matérias como a Lei do sistema de transporte de metro ligeiro,” Corpo de Polícia de Segurança Pública” Lei de Cibersegurança e o Regime legal de qualificação e inscrição para o exercício de actividades dos profissionais de saúde” foram todas elas agendadas numa só vez para o Plenário do dia 16 do corrente mês.

Pergunto, como podem os deputados em consciência e de uma forma honesta e responsável num plenário de meia hora que cada deputado dispõe nos termos regimentais de pronunciar sobre sete propostas, muitas delas de enorme complexidade?

Enfim, não é espantar, que cada vez mais, haja mais cidadãos conscientes e bem informados que acham que a AL é cada vez mais ineficiente na fiscalização da acção governativa e muito instrumentalizada pelo Governo que a põe e dispõe a seu belo prazer.

E os cidadãos “pagam caro” com estes “defeitos” da AL, nomeadamente nos sucessivos abusos com o despesismo do erário público (metro ligeiro) o aumento do favoritismo, o clientelismo, o despotismo, o grave défice de transparência governativa e a

falta de responsabilidade de alguns titulares dos principais cargos alguns a exercerem os cargos de uma forma “vitalícia”.

Não esqueçamos, a AL e os deputados serão avaliados pelos cidadãos não somente pelas estatísticas e gráficos, mais as quantidades de trabalhos efectuados, mas principalmente pela qualidade, eficiência e eficácia dos trabalhos incluindo as suas omissões ou demissão no exercício completo e global das suas principais funções de fiscalização governativa.

Enfim, com diz um famoso ditado macaense “Macau sã assim!”

Muito obrigado.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 16 de Outubro de 2018.

José Pereira Coutinho

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 16.10.2018

### Qualidade da habitação pública

Foi anunciado, no mês passado, que os azulejos das paredes e do chão das cozinhas e casas de banho de cerca de 400 fracções desocupadas do Edifício Koi Nga carecem de obras de renovação, mas, como terminou o prazo de garantia, é preciso utilizar o erário público para realizar estas obras, o que, mais uma vez, suscitou dúvidas à sociedade sobre a qualidade da habitação pública.

De facto, o Edifício Koi Nga obteve licença de utilização em 2013, mas, durante o prazo de garantia, o Governo verificou problemas nalguns apartamentos, e só no ano passado é que o construtor concluiu as obras de reparação. Segundo a explicação do Governo, essas obras tiveram de ser realizadas porque as fracções não foram ocupadas durante anos, daí os problemas. Mas os problemas da qualidade do Edifício Koi Nga são apenas a ponta do icebergue. Quanto ao Edifício On Son, que também obteve licença de ocupação em 2013, em Fevereiro deste ano, depois de o Instituto de Habitação e o promotor concluírem os trabalhos de inspecção, verificou-se que há dois blocos com 103 casos que precisam de acompanhamento. De entre esses casos, 33 têm a ver com infiltrações nas casas de banho, e 70 com o enferrujamento do corrimão e fendas nas paredes. Olhando para os dados estatísticos preliminares, esses casos ocupam cerca de 30 por cento do total dos apartamentos, por isso não se trata de um caso isolado.

O problema da qualidade da habitação pública já é “velho”. É verdade que as habitações públicas construídas nos últimos anos necessitam, repetidamente, de reparação. As habitações públicas e privadas são regulamentadas pelo Regulamento Geral da Construção Urbana, isto é, com as mesmas exigências de obras e os mesmos critérios de vistoria, mas não houve grandes problemas nas privadas, entretanto, nas públicas, descobrem-se problemas de infiltrações de água, desprendimento de azulejos, ferrugem no corrimão e fraca aderência dos azulejos, etc. Assim, compreende-se que os cidadãos suspeitem da falta de fiscalização e de vistorias precipitadas. Perante esta suspeição forte, o Governo só sublinhou, desde o início, que a qualidade “não apresentava problemas” e que

“foi aprovada na vistoria”, mas não deu uma justificação concreta, sendo difícil de eliminar as preocupações dos cidadãos. Espero que o Governo possa explicar isso ao público, atempada, honesta e detalhadamente. Os agregados familiares que compram habitações económicas têm capacidade económica limitada e, com a lenta construção e o longo tempo de espera para a ocupação destas habitações, quando as ocupam, o respectivo prazo de garantia já decorreu. Assim, só podem suportar por si próprios as despesas para reparar os problemas, devido à falta de fiscalização da qualidade.

Enquanto promotor, o Governo é responsável pela fiscalização da qualidade da habitação pública. Assim, apelo o Governo para: aumentar essa fiscalização durante a construção; efectuar bem as vistorias; aperfeiçoar o regime de adjudicação; e aumentar a transparência dos critérios de avaliação e da escolha dos materiais, e ainda criar uma base de dados, onde serão calculadas e registadas as notas dos diversos construtores em relação à qualidade das obras, para servirem de indicadores de referência nos futuros concursos de habitação pública, com vista a garantir que os projectos de habitação pública sejam concluídos conforme a qualidade e o prazo previstos, aumentando a confiança dos residentes nas obras públicas. O actual Regulamento Geral da Construção Urbana (RGCU) está em vigor há 30 anos e apenas exige que o construtor assuma a responsabilidade da segurança estrutural dos prédios por um prazo de 5 anos. A sociedade acha que é um prazo demasiado curto. Em 2009, o Governo fez uma consulta pública sobre a “parte administrativa” da lei em causa, mas arrasta-se há 10 anos e ainda não há uma calendarização para a sua revisão. Quanto à consulta sobre a “parte técnica”, nem sequer a sua sombra se vê. Solicita-se ao Governo que acelere a revisão do RGCU e aumente razoavelmente o prazo de garantia dos elementos estruturais e não estruturais dos prédios, para melhor proteger os direitos e interesses dos residentes.

## **IAOD da Deputada Lam lok Fong em 16.10.2018**

### **Solicitar ao Governo que preste mais atenção à situação do sector de transporte e logística**

Todos sabem que há falta de lugares de estacionamento em Macau, especialmente para veículos pesados. Recentemente, um grupo de motoristas do sector dos transportes fez eco junto de mim que andavam sempre angustiados com os lugares de estacionamento, problema que afecta gravemente a sua subsistência, esperando que o Governo possa compreender a situação difícil desses motoristas e conceda apoio ao sector.

Segundo os dados mais recentes dos serviços de tráfego e dos serviços de estatística, existem em Macau 7770 veículos pesados e 1034 lugares de estacionamento para esses veículos, ou seja, em média, um lugar para 7,51 veículos pesados e, em comparação com um lugar para 2,4 motociclos ou 4,6 veículos ligeiros, os lugares de estacionamento para veículos pesados são muito mais insuficientes.

Aliás, existem 104 lugares de estacionamento para veículos pesados como os autocarros de turismo, só que ao mesmo tempo estes podem estacionar nos restantes 800 e tal lugares não classificados, fazendo com que os insuficientes lugares do sector de transporte e logística sejam ocupados por outros sectores. Mais, até agora ainda não se vê a construção do centro logístico, dito pelo Governo, portanto, com a falta de espaços de trabalho, o sector vê-se obrigado a ocupar lugares de estacionamento para a largada de mercadorias, o que reduz ainda mais os lugares, causando uma escassez de recursos no sector.

Face a esta situação de escassez de lugares de estacionamento, e para evitar as multas, muitos condutores de pesados apenas podem andar num vaivém, ou aguardar dia e noite dentro do veículo sem se afastar dele. Quando têm de estacionar ilegalmente o veículo, ficam preocupados e nem conseguem dormir.

A contribuição para Macau do sector da logística tem sido enorme, e veículos pesados têm sido utilizados para o transporte de materiais nos trabalhos de construção, demolição e aterros. No futuro, serão ainda mais utilizados para o

transporte de mercadorias em consequência duma maior cooperação regional. Os dois grandes tufões que passaram por Macau trouxeram o caos à cidade. Foram os veículos pesados que transportaram os troncos de árvores para a abertura das vias públicas, bem como entulho e reclusos desmantelados. Por isso, esses veículos desempenharam um papel na recuperação da cidade depois das tempestades.

Deste modo, espero que o Governo avalie melhor os recursos de solos para aumentar o número de lugares de estacionamento provisórios ou definitivos, defina locais reservados para o estacionamento desses veículos e garanta que o sector dos transportes tenha lugares de estacionamento. Mais, deve concluir quanto antes o projecto do centro de logística para que o respectivo sector possa ter um espaço suficiente para as suas actividades, entrar em coordenação com o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) para estudos sobre os trabalhos realizados pelos veículos pesados nas ruas, e também emitir licenças para a ocupação provisória das vias públicas, para os condutores desses veículos não se preocuparem quando necessitam de estacionar para algum trabalho de transporte, especialmente nas obras de desmantelamento de reclusos. O Governo deve considerar o esforço e o contributo do sector da logística, assim como as necessidades do desenvolvimento de Macau, tomando imediatamente medidas para satisfazer esse pedido do sector, para que tenham condições necessárias para as suas actividades e manter a sua competitividade.

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 16.10.2018**

Com base no balanço feito sobre as falhas verificadas por altura da passagem do tufão Hato, introduziu o Governo melhorias para enfrentar o tufão Manghkut. No Centro de Operações de Protecção Civil estava tudo a postos muito antes de o tufão assolar Macau. Acelerou-se a velocidade de resposta e elevou-se a capacidade de tratamento dos casos de emergência. Minimizaram-se os danos causados pelo tufão a Macau. Os trabalhos foram unanimemente reconhecidos pelos residentes.

Os problemas de articulação e cooperação interdepartamental e de eficácia administrativa são superáveis, desde que haja determinação do Governo para tal. Se bem que mereça reconhecer os preparativos feitos para enfrentar o supertufão, a verdade é que falta ainda algum vigor relativamente a outros problemas, especialmente no que se refere a questões ligadas à segurança e ao bem-estar dos residentes, pois a baixa eficácia administrativa faz com que os residentes tenham de esperar. Servindo de exemplo o caso do “Sin Fong Garden”, só depois de seis anos de vicissitudes é que se vê a luz no fim do túnel com o início, há dias, das obras de reconstrução, pois necessitava de passar pelo acordo dos residentes, pela autorização das Obras Públicas e pela intervenção dos órgãos judiciais na recolha de provas. Mas os que não têm a mesma sorte dos residentes do “Sin Fong Garden” estão ainda à espera, tais como os residentes das habitações que sofreram infiltrações de água. Segundo o actual regime, apenas com autorização judicial é que se pode entrar na fracção suspeita, solicitar reparação e pedir indemnizações. As formalidades são complexas. Mesmo podendo pedir apoio ao Centro de infiltrações de água, o certo é que há que esperar ainda muito tempo pelos resultados da inspecção, logo, não dá para resolver atempada e eficazmente o problema.

Actualmente, regista-se a falta de coordenação entre serviços públicos, empurram-se responsabilidades de uns para os outros, há controvérsias e lacunas entre leis e regulamentos, e tudo isso está relacionado, afectando

gravemente a vida dos residentes. Mesmo assim, o Governo ainda não está a resolver todos esses problemas. No caso do “Pearl Horizon”, os pequenos proprietários depositaram todas as suas poupanças e ficaram cheios de dívidas, mas os seus legítimos direitos foram afectados e têm agora de estar dentro de um moroso processo judicial, e o Governo, até à data, ainda não conseguiu resolver coisa alguma, afectando-os psicologicamente. O Governo só agora sugeriu o plano de “habitação temporária”, mas essa “medida de ajuda” é injusta para os que não compraram as fracções do “Pearl Horizon” em primeira mão, pois não protege os direitos dos pequenos proprietários. Os vários sectores da sociedade afirmam que existem lacunas na nova Lei de terras e por isso é que há esses conflitos. O Governo tinha referido que ia rever esta lei de forma objectiva, mas ainda não avançou com nada.

O Governo deve trabalhar na base dos valores de construção de uma sociedade justa e protectora do bem-estar dos residentes, assim, espero que nesta nova sessão legislativa possa pôr os direitos dos residentes em primeiro lugar, resolvendo melhor os problemas, em especial, o da habitação, com o sentido de partilhar as preocupações dos cidadãos e perceber as suas exigências.



## **IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 16.10.2018**

### **Não nos devemos esquecer de quem nos dá de beber, e há que concretizar as acções governativas na área da protecção ambiental**

Segundo a imprensa, “a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água realizou uma reunião com os representantes da Comissão de Recursos Hídricos do Rio das Pérolas, do Departamento de Recursos Hídricos da Província de Guangdong e do Governo de Zhuhai, para discutir os planos e as medidas para combater as marés salgadas e garantir a segurança no abastecimento de água a Macau, no período entre o Inverno e a Primavera”. Face a isto, há cidadãos que se preocupam com o agravamento das alterações climáticas e que a escassez de recursos hídricos passe de uma crise nacional para global e, se isto não for resolvido através de políticas e medidas mais prospectivas, poderá chegar um dia em que não temos água. O Balanço das acções realizadas no ano financeiro de 2014 refere: “quanto à exploração das fontes de água reciclada, foi publicado o Plano de Desenvolvimento da Água Reciclada em Macau (2013-2022), em que se define o rumo de desenvolvimento da água reciclada nos próximos 10 anos, (...) e a escolha da Universidade de Macau em Hengqin e do bairro de habitação pública de Seac Pai Van como projectos-piloto para a aplicação da água reciclada”. Para além disso, o Governo concluiu a construção da rede de canalização de água reciclada nesse bairro de habitação pública, a fim de economizar os recursos hídricos. Mas é lamentável, pois em 2015 o Governo não concretizou a sua implementação, alegando os elevados custos do plano de água reciclada e diversos motivos.

Contudo, no entender de alguns cidadãos, apesar dos poucos terrenos, muitas pessoas e falta de recursos de água doce, Macau tem suficiente água para consumo doméstico, e tudo isto se deve ao forte apoio do Governo Central ao nível das políticas relativas aos recursos de água. Mais, isto também se deve à irmandade das províncias e cidades que se sacrificam para nos abastecer de água, a baixo custo, garantindo a segurança do consumo em Macau. Segundo a referida reportagem, neste Inverno e na próxima Primavera, Macau vai enfrentar uma conjuntura desfavorável em relação ao abastecimento de água. Mais, o País também tem carência dos seus recursos hídricos. Assim, o Governo da RAEM deve tomar acção tendo em conta o interesse do País ou até do mundo. Já que Macau tem dinheiro, capacidade e tecnologias, então, deve acelerar a concretização do planeamento sobre água reciclada e das medidas que visam promover a poupança do consumo de água. Isto pode reduzir os encargos do

Interior da China em relação ao abastecimento de recursos de água a Macau e aumentar a oferta destes recursos nas cidades integrantes da Grande Baía e em todo o País, bem como contribuir para o desenvolvimento do País, portanto, uma acção com três vantagens. Porque não? Perante a questão da compatibilidade entre o desenvolvimento económico e a protecção ambiental, já há mais de dez anos, os dirigentes do País afirmaram que água azul e montanha verde são ouro e prata. Na recente visita da Assembleia Legislativa a Pequim e Tianjin, constatou-se as mudanças de Pequim e de Tianjin na protecção ambiental, aliás, céu azul e nuvens brancas acompanharam, todos os dias, a nossa visita... A realidade provou que o Interior da China concretiza as suas palavras e os resultados são já notórios e com eficácia significativa. Em Macau, pelo contrário, o Governo não toma decisões, apesar das discussões sobre directrizes relativas à protecção ambiental e, mesmo havendo uma decisão, não a concretiza, assim, não deverá então reflectir sobre isto?

Não há no mundo soluções perfeitas. É difícil evitar divergência de opiniões em cada uma das soluções. Mas esta divergência não deve ser obstáculo para o desenvolvimento social. Se for um assunto em prol do interesse público ou uma política benéfica para Macau, o Governo deve actuar corajosamente quanto antes, não devendo andar sempre com alterações. Macau tem forte reserva financeira, mas esta provém da sociedade, assim, o Governo tem a responsabilidade de utilizá-la em prol da sociedade, resolvendo as dificuldades dos cidadãos. A sociedade deseja que o Governo da RAEM não se esqueça de quem nos dá de beber. Na altura em que a pequena cidade agradece o grande apoio das diversas províncias e cidades do Interior da China, deve-se ver a questão dos “dois sistemas” partindo da visão de “um país”. Assim, o Governo deve continuar a concretizar o plano da água reciclada, não o alterando frequentemente, para reduzir a nossa dependência das fontes de abastecimento do Interior da China, e elevar a nossa responsabilidade social relativa à poupança de recursos hídricos; deve ainda ser o líder dos trabalhos de protecção ambiental, o que vai contribuir para o impulsionamento mútuo do desenvolvimento sustentável da protecção ambiental.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 06.10.2018

### **Apelo à melhoria das políticas de habitação e ao acelerar da respectiva ocupação**

Macau é um lugar com muitas pessoas, mas reduzidos terrenos e recursos. Perante o aumento brusco do preço das fracções privadas, muitos cidadãos trabalhadores, mesmo que passem com frugalidade o dia-a-dia, estão muito longe de atingir essas fracções, dificuldade esta difícil de exprimir por palavras. Muitas pessoas lamentam que, para comprar uma casa, a juventude foi esgotada, os valores mudaram, e a vida parece servir só para adquirir uma casa, o que deixa as pessoas desamparadas.

Durante anos, o preço dessas fracções tem vindo a ficar mais elevado. O Governo implementou as “dez medidas do Secretário Lao”, as “8 medidas novas”, o imposto do selo sobre a aquisição de mais do que um bem imóvel e aumentou o ajustamento do mercado imobiliário, mas, como estas medidas são inadequadas, os respectivos efeitos são limitados. O preço das fracções privadas está muito além da capacidade de compra dos cidadãos, situação que estes conhecem, mas nada podem fazer. Mais, os projectos de habitação pública pelos quais os cidadãos da camada de base esperam, avançam lentamente, isto é, há falta de oferta e de uma data de conclusão, situação esta que já é normal. Decorridos 5 anos, os serviços competentes anunciaram que, em 2019, iam realizar um novo concurso de habitação económica, notícia que é boa. Mas, mesmo que sejam qualificados, com o tempo de espera, ocupação e escritura, quando é que podem adquirir uma casa? Receia-se que será um outro caso confuso. Os Edifícios Cheng Tou, Fai Ieng e o Bairro da Ilha Verde são os exemplos vivos em que os cidadãos esperam há várias décadas, mas ainda sem conseguir ocupar uma casa.

A política de habitação é uma prioridade nos assuntos relacionados com a vida da população, pois tem implicações com o prestígio e a base da governação. Na região vizinha de Hong Kong, foi recentemente publicado o relatório das LAG, do qual consta um capítulo independente sobre a “oferta de habitações e

terrenos”, à frente do capítulo sobre a economia e a vida da população, o que demonstra a alta atenção do Governo, e serve de referência para a política de Macau. Nesse relatório, podemos verificar que estão apresentados muitos projectos inovadores, por exemplo, o “Amanhã da Ilha de Lantau”, “Desenvolvimento dos terrenos rurais dos Novos Territórios onde há actividades industriais”, “Plano-piloto da partilha de terrenos”, “Arranque, de novo, do plano de revitalização dos edifícios industriais”, etc. projectos que visam utilizar os terrenos limitados para resolver problemas e merecem o nosso aplauso. Olhando para Macau, os conceitos de renovação urbana e aproveitamento dos edifícios industriais foram apresentados há vários anos, mas ainda não há qualquer avanço concreto, nem rumo a seguir.

O quarto Governo entrará em breve na fase final da governação, mas, para os cidadãos que aguardam urgentemente a aquisição de uma habitação, só há um Governo, o que não vai mudar. O objectivo final dos agregados familiares que estão à espera é conseguir uma casa, o que também não vai mudar, portanto, desperdiçar o tempo e evitar dar uma resposta não é uma solução de longo prazo, e o único caminho é ter coragem e envidar esforços para resolver o problema.

A meu ver, a fim de melhorar a política de habitação a longo prazo, há que prestar alta atenção à natureza económica e financeira do mercado imobiliário, para um tratamento específico. Assim, sugere-se que caiba ao Secretário para a Economia e Finanças liderar os estudos sobre o mercado imobiliário e coordenar a definição das respectivas políticas, para, através de diversas medidas ao nível fiscal e financeiro, promover o desenvolvimento saudável e estável do mercado. Por outro lado, são cada vez mais as fracções de habitação pública que o Governo promete construir, incluindo as que estão em construção e as habitações a construir na Avenida Wai Long, nos novos aterros, e nos terrenos desocupados a retomar, mas, atendendo ao actual modelo de construção dessas habitações, que se caracteriza por apresentar graves atrasos, tais promessas se calhar não vão ser honradas. Assim, sugere-se ao Governo que reveja, quanto antes, o actual modelo de desenvolvimento de habitação pública e que, tomando como referência as experiências de outras regiões, tente introduzir o modelo de construção por parte de empresas públicas ou parceiros, de modo a acelerar a respectiva construção e ocupação de fracções por parte dos cidadãos.

## **IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 16.10.2018**

Primeiro, gostaria de agradecer a todos os trabalhadores da função pública, associações e voluntários que trabalharam arduamente durante a passagem do tufão Mangkhut por Macau! Todos nós pudemos reparar que essas pessoas trabalharam na linha da frente sem descanso dia e noite, com enorme sentido de entreajuda, para prevenir e diminuir os desastres, e permitir o retomar da vida normal da cidade. Gostaria ainda de agradecer às famílias dessas pessoas.

Desta vez, a acção da protecção civil até foi aplaudida pelo Governo Central, por isso gostaria de homenagear aqui todo esse pessoal! Ao mesmo tempo, gostaria que o Governo da RAEM retirasse os devidos ensinamentos desta experiência bem-sucedida, para poder actuar cada vez melhor nos trabalhos da protecção civil!

## **IAOD do Deputado Lao Chi Ngai em 16.10.2018**

### **Retirar ilações para juntos construirmos um belo lar**

Começou a 2.<sup>a</sup> sessão legislativa da VI Legislatura da AL. Espero sinceramente que, neste sessão, na casa parlamentar se mantenha a cultura de democracia e harmonia, e que as questões sejam discutidas de forma pacífica, racional, objectiva e científica. Quanto às insuficiências dos trabalhos do Governo, a AL deve apresentar sugestões, para melhor desempenhar as funções de legislação e fiscalização, garantindo a actuação do Governo nos termos da lei.

Após a passagem do tufão Mangkhut no mês passado, a vida da população voltou ao normal. Avaliando os trabalhos face ao tufão, a coordenação do Governo foi plena e bem-sucedida, e, em relação ao Hato no ano passado, a prestação foi notavelmente melhor. Isto demonstra que produziram efeitos efectivos a avaliação, o balanço e o acompanhamento que o Governo realizou no último ano, após o Hato. Depois dum ano de estudo e preparação, ao enfrentar o tufão Mangkhut, com a elevada atenção e comando do Chefe do Executivo, os serviços públicos, o Centro de Operações de Protecção Civil e os membros da Estrutura de Protecção Civil, sob a liderança do Chefe do Executivo, trabalharam em sinergia, e coordenaram os sectores da sociedade, no sentido de colaborarem e prevenirem os efeitos do tufão de forma unida. Os trabalhos de prevenção e redução de desastres realizaram-se de forma ordenada, e evitaram-se perda de vidas e ferimentos graves. Após a passagem do tufão, a ordem social e a vida normal da população foram rapidamente recuperadas. Pode dizer-se que a prevenção produziu efeitos relativamente bons e ideais, o que foi muito aplaudido pela sociedade e elogiado pelas regiões vizinhas. Após o tufão, reforçou-se a confiança da população nos trabalhos de prevenção e resgate do Governo.

O trabalho do Governo na prevenção do Mangkhut merece reconhecimento e elogio. Espero que o Governo sintetize as experiências de sucesso, para servirem de referência para situações semelhantes no futuro, evitando os imprevistos. Além disso, a passagem de supertufões nestes 2 anos fez notar as insuficiências de Macau, sobretudo nas zonas baixas, quanto às infra-estruturas contra tufões e marés, e a vulnerabilidade das instalações. Proponho que o Governo, a curto prazo, acelere o aperfeiçoamento das infra-estruturas contra tufões e marés, e

*(Tradução)*

que, aproveitando a elaboração do plano urbanístico director, planeie meticulosamente as infra-estruturas municipais, para reforçar as infra-estruturas vitais, de prevenção e redução de desastres. Isto, para responder efectivamente às solicitações e necessidades da sociedade, por forma a alcançar a meta de construir um belo lar.